

Sindifisco Nacional - Delegacia Sindical de São Paulo

Clipping de 19 de fevereiro de 2010

FOLHA DE S. PAULO

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo quer aumentar tarifa de importação do trigo

DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

O governo brasileiro quer aumentar a tarifa de importação sobre o trigo para países de fora do Mercosul. O aumento da taxa, hoje em 10%, é visto como uma forma de proteger os preços da produção nacional.

"A ideia é aumentar e só abrir cotas quando houver necessidade interna", afirmou o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).

De acordo com ele, a estratégia que será adotada pelo governo para a safra do produto neste ano será definida até 15 de março, para dar tempo de os produtores se organizarem antes do início do plantio, em maio e junho. A questão foi discutida em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Além do aumento da tarifa de importação, o governo quer definir, até essa data, os preços mínimos para o trigo, além de seguro para o agricultor e linhas de crédito. A estimativa de Stephanes é que a safra deste ano seja próxima à do ano passado, quando foram colhidos 5 milhões de toneladas de trigo.

Argentina

O Brasil importa mais da metade do seu consumo. Para o ministro, os países do Mercosul, principalmente Argentina, serão capazes de suprir a demanda interna, de 11 milhões de toneladas.

Stephanes afirma que o governo quer criar uma política definitiva para o plantio do trigo, mas que, por enquanto, está focado apenas no plano da safra de 2010.

Ele disse que, mesmo com o aumento do preço do trigo, é possível que o preço do pãozinho não se altere, já que o valor cobrado atualmente foi estabelecido quando a tonelada do grão estava em R\$ 750 -agora está em R\$ 400.

ESTADO DE S. PAULO

Nenhuma matéria foi selecionada

VALOR ECONÔMICO

Contas públicas: Fazenda rebate estudo e diz que investimento responde por maior parte da alta das despesas

Governo paulista contesta frouxidão fiscal

A Secretaria da Fazenda de São Paulo contestou o estudo do Banco Santander sobre a evolução das contas públicas paulistas entre 2006 e 2009, que apontava um padrão semelhante na condução da política fiscal pelo Estado e pela União, com o aumento dos gastos correntes (como pessoal e custeio da máquina) respondendo pela maior parte da expansão das despesas não financeiras.

Em nota divulgada na quarta-feira, a Fazenda rebate a conclusão do Santander de que a "fria realidade dos números" não mostraria um regime fiscal diferenciado em São Paulo e, com isso, não confirmaria a avaliação de que o governador José Serra (PSDB) seria mais duro na questão fiscal do que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), a sua provável adversária nas eleições presidenciais de outubro. "Erros primários e grosseiros", como ignorar uma importante mudança na contabilidade pública em 2007, levaram o Santander à conclusão equivocada, diz Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda de São Paulo.

Segundo a secretaria paulista, a soma dos investimentos com inversões financeiras respondeu por 93,3% do aumento despesas primárias (que não envolvem gastos com juros) de São Paulo entre 2006 e 2009. No caso da União, esse percentual seria de 35,8% no período. Pelo estudo do Santander, assinado pelo economista-chefe do banco, o ex-diretor do Banco Central (BC) Alexandre Schwartzman, os gastos correntes de São Paulo responderam por cerca de 63% do crescimento total de despesas não financeiras entre 2006 e 2009, percentual próximo aos 69% da União.

A principal crítica da Fazenda paulista é que o relatório do Santander não levou em conta o impacto sobre as contas públicas da instituição da São Paulo Previdência (SPPREV), em agosto de 2007. Com ela, a contribuição previdenciária do governo e a dos servidores passaram a ser repassados para a SPPREV, "que então faz os pagamentos de aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores", segundo a Fazenda. "Esse repasse é uma receita da SPPREV e uma despesa quando ocorre o pagamento de inativos e pensionistas", diz a nota da secretaria. Quando se consolidam os balanços da administração direta e da SPPREV, a receita e a despesa passam a ser contadas duas vezes.

Para evitar essa dupla contagem, "é necessário subtrair a receita e a despesa intraorçamentária". Ao ignorar a dupla contagem, Schwartzman considerou o equivalente a R\$ 11,5 bilhões a mais de despesas em 2009, inflando o total de gastos correntes, diz Mauro Ricardo. Nas contas de Schwartzman, os gastos correntes paulistas teriam pulado de 7,8% do PIB em 2006 para 9,1% do PIB em 2009.

A Fazenda faz outro reparo ao estudo. Para estimar os números das contas públicas como proporção do PIB, o Santander usou o valor adicionado bruto a preços básicos no caso de São Paulo, enquanto no caso do governo federal o critério usado foi o PIB a preços de mercado, segundo a secretaria. "Essa escolha metodológica por si só superestima o tamanho da despesa do Estado de São Paulo em relação ao PIB", diz a nota da Fazenda.

A preços básicos, a participação de São Paulo no PIB nacional foi de 28,6% em 2007 (o último dado disponível), ao passo que a preços de mercado a fatia paulista sobe para 33,9% de toda a riqueza nacional. Por fim, a Fazenda também diz ter incluído nas inversões financeiras apenas às destinadas efetivamente a

investimento, excluindo o que é destinado para o pagamento de dívidas de empresas.

Feitos esses "ajustes e esclarecimentos", a Fazenda afirma que os gastos correntes paulistas subiram de 6,57% do PIB em 2006 para 6,61% do PIB em 2009, uma alta de 0,04 % do PIB . "Elas ficaram quase constantes. O crescimento desses gastos foi marginal nesse período", diz Mauro Ricardo. Ao mesmo tempo, a soma dos investimentos e das inversões financeiras passou de 0,79% para 1,35% do PIB no intervalo, o equivalente a quase 94% da alta das despesas primárias. "Essa sempre foi a nossa estratégia fiscal: segurar as despesas correntes para abrir espaço para o investimento", afirma o secretário paulista.

No caso dos números elaborados pela Fazenda para o governo federal, os investimentos totais (incluindo as inversões financeiras) subiram de 1,95% para 2,52% do PIB entre 2006 e 2009, enquanto os gastos correntes avançaram de 10,01% para 11,6% do PIB. Por essas contas, os investimentos da União foram responsáveis por pouco mais de um terço (35,8%) da alta total das despesas primárias registrada no período. Segundo a Fazenda, "a realidade fria e correta dos números é que o desempenho fiscal do Estado de São Paulo é notoriamente diferente ao do governo federal".

No relatório, o Santander levanta a questão de que o ambiente institucional no Brasil limita a margem de manobra fiscal dos governantes, observando que "investimento insuficiente e excesso de gastos correntes parecem um problema comum a vários níveis de governo, possivelmente relacionados à falta de flexibilidade orçamentária em geral, assim como à burocracia excessiva no processo de investir." A nota da Fazenda diz que essa hipótese é "correta", bastando ver, "entre outras restrições, a miríade de vinculações que os orçamentos devem atender, além de outras despesas de difícil diminuição". Mauro Ricardo afirma não querer criticar a política fiscal da União, que, segundo ele, tem "as suas especificidades na aplicação de recursos".

A nota da Secretaria da Fazenda de São Paulo conclui dizendo que a gestão de Serra no governo paulista se caracteriza "empiricamente por um aumento expressivo do investimento público e uma razoável contenção de despesas correntes, viabilizada também por cortes de custos e desperdícios".

Procurado pelo **Valor**, Alexandre Schwartzman preferiu não se manifestar sobre as críticas da Secretaria da Fazenda paulista ao seu estudo. O Ministério da Fazenda também não quis comentar a nota.